

## **Atuação do psicólogo na rede de proteção junto a famílias com histórico de abuso sexual infantil**

### **The role of the psychologist in the protection network with families with a history of child sexual abuse**

DOI:10.34119/bjhrv6n2-043

Recebimento dos originais: 10/02/2023

Aceitação para publicação: 08/03/2023

#### **Érica Beatriz Portela da Silva**

Graduanda em Psicologia

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Endereço: R. Olavo Bilac, 2335, Centro (Sul), Teresina – PI, CEP: 64001-280

E-mail: ericabportela@hotmail.com

#### **Andréia Machado da Silva**

Graduanda em Psicologia

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Endereço: R. Olavo Bilac, 2335, Centro (Sul), Teresina – PI, CEP: 64001-280

E-mail: andreiamachado464@gmail.com

#### **João Pedro Carvalho Lopes da Silva**

Graduando em Psicologia

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Endereço: R. Olavo Bilac, 2335, Centro (Sul), Teresina – PI, CEP: 64001-280

E-mail: joaopedroc.ls161@gmail.com

#### **Valéria Raquel Alcantara Barbosa**

Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Endereço: R. Olavo Bilac, 2335, Centro (Sul), Teresina – PI, CEP: 64001-280

E-mail: valeryalca@gmail.com

#### **RESUMO**

**Introdução:** O abuso sexual infantil é um fenômeno universal, complexo, polissêmico e controverso, de ampla magnitude, que atinge milhares de crianças silenciosamente, provocando graves danos à saúde, ao longo do processo de desenvolvimento, e dificultando as relações interpessoais familiares e sociais. Assim, requer enfoque na perspectiva da Rede, para a garantia da promoção do acolhimento e do cuidado com sentido eminentemente integral, tendo o psicólogo como integrante e protagonista. **Objetivo:** Conhecer a atuação do psicólogo na rede de proteção junto a famílias com histórico de abuso sexual infantil. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, realizada em junho de 2022 nas bases de dados google scholar e portal de periódicos da CAPES, no idioma português. Foram excluídos do levantamento, artigos duplicados, monografias, dissertações, teses, comentários, resumos, resenhas, relatórios. Os descritores utilizados foram: abuso sexual na infância; abuso sexual na intrafamiliar; psicólogo; rede de proteção; família. **Resultados e Discussão:** Foram eleitos 26 artigos pertinentes ao estudo, cuja leitura minuciosa permitiu a confecção de 7 categorias analíticas: (1) despreparo profissional; (2) problemas estruturais, metodológicos e

referentes à escassez de conhecimentos sobre o tema; (3) fragilidades na abordagem profissional e em rede de proteção; (4) papel da família; (5) fatores sociais, culturais e ambientais que atravessam a ocorrência do abuso sexual infantil; (6) família e aspectos afetivo-emocionais; (7) fatores associados à abordagem interdisciplinar e intersetorial. Considerações Finais: O profissional de Psicologia que atua na rede de proteção deve estar devidamente qualificado para identificar e atuar com crianças e respectivas famílias nas situações de suspeita ou confirmação de abuso sexual infantil. Igualmente, imperativo o fortalecimento da articulação entre instituições da rede intersetorial, entidades de classe, movimentos sociais, escolas e universidades nos esforços para aprimoramento do entendimento e do enfrentamento do abuso sexual infantil.

**Palavras-chave:** abuso sexual infantil, família, rede intersetorial, prática profissional, psicólogo.

## ABSTRACT

**Introduction:** The child sexual abuse is a universal, complex, polysemic and controversial phenomenon, of broad magnitude, which affects thousands of children silently, causing serious damage to health, throughout the development process, and hindering the family and social interpersonal relationships. Thus, it requires focus on the Network perspective, to guarantee the promotion of welcoming and care with an eminently integral sense, having the psychologist as a member and protagonist **Objective:** To know the role of the psychologist in the protection network with families with a history of child sexual abuse. **Methods:** This is an integrative review of literature, of qualitative approach, conducted in June 2022 in the databases google scholar and CAPES periodicals portal, in Portuguese language. Duplicate articles, monographs, dissertations, theses, comments, abstracts, reviews, reports were excluded from the survey. The descriptors used were: childhood sexual abuse; intra-familial sexual abuse; psychologist; protection network; family. **Results and Discussion:** Twenty-six articles pertinent to the study were selected, whose careful reading allowed the confection of 7 analytical categories: (1) professional unpreparedness; (2) structural, methodological problems and problems related to the scarcity of knowledge on the subject; (3) weaknesses in the professional approach and in the protection network; (4) role of the family; (5) social, cultural and environmental factors that cross the occurrence of child sexual abuse; (6) family and affective-emotional aspects; (7) factors associated with the interdisciplinary and intersectoral approach. **Final Considerations:** The Psychology professional who works in the protection network must be properly qualified to identify and act with children and their families in situations of suspected or confirmed child sexual abuse. It is also imperative to strengthen the articulation between institutions of the intersectorial network, class entities, social movements, schools and universities in the efforts to improve the understanding and confrontation of child sexual abuse.

**Keywords:** child sexual abuse, family, intersectoral network, professional practice, psychologist.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência sexual é um fenômeno universal, sem restrições de sexo, idade, etnia, classe social; em que pese atinja homens e mulheres, as crianças são as principais vítimas (FACURI et al., 2013). Nesse sentido, o abuso sexual infantil consiste em qualquer ação de interesse

sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança, que pode ocorrer no âmbito intrafamiliar, extrafamiliar (FLORENTINO, 2015).

As consequências e o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual infantil variam conforme algumas condições ou predeterminações, dentre as quais: idade da criança quando iniciou a vitimização de violência; a duração e a quantidade de vezes da ocorrência do abuso; o grau de violência utilizada; a diferença de idade entre a pessoa que cometeu e a que sofreu o abuso; a existência de algum tipo de vínculo entre o abusador e a vítima; a presença de ameaças (violência psicológica), caso o abuso seja revelado (FLORENTINO, 2015).

O abuso sexual infantil provoca graves danos à saúde e traumas irreversíveis, que repercutem em consequências extremamente negativas para a vítima ao longo de seu desenvolvimento, especialmente nos relacionamentos interpessoais futuros. Mesmo que o indivíduo não apresente sintomas externos, pode manifestar um sofrimento emocional muito intenso, que é ainda mais prejudicial. Assim, a criança acaba por perder a espontaneidade e naturalidade de sua sexualidade (LIMA; DIOLINA, 2013).

Devido à ocorrência mais frequente no âmbito intrafamiliar, observa-se uma maior dificuldade de o abuso sexual infantil ser exposto e chegar ao conhecimento das autoridades legais competentes, produzindo contradição e choque quanto à ideia da correlação entre família e violência, pois onde deveria ser um ambiente acolhedor e de acalento, torna-se um lugar de convívio danoso às vítimas. Segundo Caribé e Lima (2015), comumente o abuso sexual é mantido como segredo familiar, amiúde, pela mãe, que pode ter alguma relação de dependência econômica e/ou psicológica do companheiro/abusador. A manutenção desse segredo ou a negação do abuso corrobora com que a vítima se sinta desacreditada. A “síndrome do segredo” submete a criança ao status de responsável pela dissolução da família, pela prisão do pai, pela morte da mãe ou mesmo da própria criança, entre outras pressões psicológicas, fazendo-a acreditar que é culpada de toda a situação. Daí, a inocência inerente à criança, conjugada com a sustentação do segredo, permitiria a manutenção da falsa ideia da existência de uma relação especial entre a criança e o seu abusador familiar - por quem cultiva sentimento, enquanto ele manipula e distorce a realidade.

A partir do exposto, admite-se os impactos negativos causados pelo abuso sexual na vida das crianças violentadas e dos respectivos familiares. Logo, é fundamental a atuação psicológica ativa e um amplo sistema de rede de proteção que promova a assistência necessária, compatível com a demanda. Essa rede de proteção deve ser composta por instituições que visam instaurar programas e serviços que garantam a superação e a prevenção de agravamentos que colocam em risco o direito à integridade física e mental de crianças abusadas (FREITAS, 2018).

Nessa esteira, é imperativo o alinhamento da atuação do psicólogo com os serviços de atendimento especializado à criança e às famílias, de forma a proporcionar um atendimento que promova a redução dos danos acarretados pela violência. Para tanto, a atenção especializada carece ser efetuada mediante manejo adequado (LIMA; ALBERTO, 2016), em abordagem interdisciplinar e intersetorial (CASTRO, 2020). Contudo, a prática revela fragilidades na garantia dos direitos da criança e da família, que não se efetiva na atuação dos dispositivos sociais, devido ao despreparo profissional e à ausência de políticas públicas (LIMA et al., 2016).

Visto que o psicólogo dispõe de técnicas e métodos que fornecem um contexto de acolhimento, é incontestável sua presença na rede de proteção, a fim de oportunizar à vítima um espaço apropriado para que sua vivência seja relatada de forma segura (LIMA; ALBERTO, 2016). Para esse intuito, o psicólogo deve estar munido de conhecimentos e capacitações adequadas, tal qual deve ter uma conduta isenta de preconceitos (SANTOUCY et al., 2014).

Considerando-se o impacto do abuso sexual infantil nas famílias, essa violência desorganiza o funcionamento familiar, expõe uma falha organizacional e psicológica da família, bem como problemas sociais, culturais e ambientais que são facilitadores do abuso sexual infantil. Esses danos, se não forem devidamente tratados, podem perdurar por toda a vida, dificultando as relações interpessoais dentro ou fora da família e acarretar revitimização (CASTRO, 2020). Por causa disso, crianças e familiares precisam de um acompanhamento especializado e de ações que proporcionem a minimização do sofrimento (LIMA et al., 2016).

O presente estudo objetiva conhecer a atuação do psicólogo na rede de proteção junto a famílias com histórico de abuso sexual infantil. Nessa lógica, identifica a abordagem profissional em rede de proteção, descreve as intervenções psicológicas efetuadas, além dos fatores sociais, ambientais e culturais correlacionados à ocorrência do abuso.

## 2 MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2014), a revisão integrativa se trata de uma metodologia extensa que subsidia a compreensão do fenômeno analisado por meio da incorporação de dados da literatura teórica e empírica respectivos a: definições de conceitos, revisões de teorias, revisões de evidências, análise de questões metodológicas no tocante a pontos específicos. A execução da revisão integrativa abrange seis etapas: (1) elaboração da pergunta norteadora; (2) busca na literatura científica; (3) coleta de dados; (4) análise crítica dos estudos eleitos; (5) discussão dos resultados; (6) apresentação da revisão integrativa.

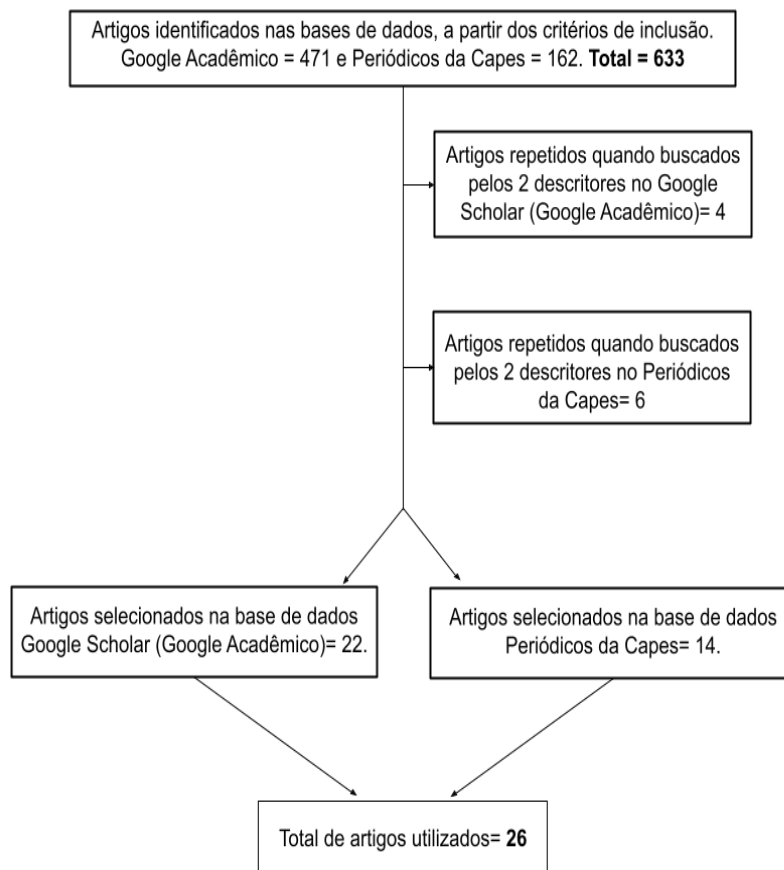
A pergunta norteadora deste estudo foi: como ocorre a atuação do psicólogo na rede de proteção junto as famílias com histórico de abuso sexual infantil?

A pesquisa foi realizada em junho de 2022 nas bases de dados “google scholar” e “portal de periódicos da CAPES”. Na coleta de dados, adotou-se como critérios de inclusão, artigos publicados de 2013 a 2022, na língua portuguesa e que abordassem sobre a atuação do psicólogo na rede de proteção de crianças vítimas de abuso sexual. Foram excluídos do levantamento, artigos duplicados, monografias, dissertações, teses, comentários, resumos, resenhas, relatórios.

Todos os estudos elegíveis foram lidos na íntegra, com o intuito de incluir ou não aqueles que conseguissem responder à questão norteadora do estudo. Para identificação dos materiais, realizou-se as seguintes combinações de descritores: “abuso sexual na infância” AND “psicólogo” AND “rede de proteção” AND “família”; “abuso sexual intrafamiliar” AND “psicólogo” AND “rede de proteção” AND “família”.

O caminho percorrido no processo de busca até a eleição dos artigos selecionados, está descrito na Figura 1, que contém o fluxograma referente à identificação e à seleção dos artigos para inclusão no estudo.

Figura 1: Fluxograma de identificação e seleção dos artigos para inclusão no estudo.



Fonte: Autores (2023).

Em conformidade com o que está descrito na Figura 1, inicialmente, localizou-se 633 artigos. Relativamente à combinação de descritores “abuso sexual na infância” AND “psicólogo” AND “rede de proteção” AND “família”, foram encontrados 301 artigos, dos quais apenas 15 foram utilizados. Dentre estes, 9 artigos foram localizados na base de dados “google scholar” e 6 artigos foram extraídos sistema de busca do “portal de periódicos da CAPES”.

A combinação de descritores “abuso sexual intrafamiliar” AND “psicólogo” AND “rede de proteção” AND “família” ensejou encontrar 332 artigos, dos quais 11 artigos foram utilizados. Dentre estes, 9 artigos foram identificados através do “google scholar” e 2 no “portal de periódicos da CAPES”. Um total de 26 artigos foi selecionado. Assinala-se ainda que houve repetição de 4 artigos na base de dados “google scholar” e de 6 artigos no sistema de busca do “portal de periódicos da CAPES”.

A análise de conteúdo de Bardin (2011) foi utilizada para nortear a elaboração das categorias e a análise qualitativa das evidências obtidas por meio da leitura minuciosa dos artigos incluídos no banco final deste estudo.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com o intento de oportunizar a melhor compreensão dos achados extraídos dos 26 artigos eleitos, confeccionou-se um quadro analítico contendo os dados basilares associados ao tema e à síntese dos resultados evidenciados (Quadro 1). Essas informações se referem a: autores do artigo; ano da publicação; objetivo; metodologia adotada; e as principais contribuições quanto à temática em foco.



Quadro 1. Artigos selecionados para a revisão integrativa

<b>Autores (Ano)</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Contribuições</b>
Zanella e Lara (2016)	Elaborar uma discussão teórico-metodológica sobre o tema abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.	Revisão bibliográfica	O abuso sexual infantil tem relação com o contexto histórico da sociedade, sendo importante que profissionais da rede aprofundem conhecimentos sobre o tema, para que sejam capazes de reconhecer os sinais da ocorrência da violência.
Aznar-Blefari et al. (2020)	Abordar e diferenciar a atuação do psicólogo/a em alegações de violência sexual contra crianças e adolescentes na escuta especializada, no depoimento especial e na perícia psicológica.	Revisão narrativa	A literatura especializada e a legislação brasileira carecem esclarecer a operacionalização da “escuta especializada”; senão, pode-se dificultar a atuação efetiva dos profissionais atuantes em serviços de proteção e atendimento a crianças.
Santoucy et al. (2014)	Compreender o papel de mulheres que fazem denúncia de violência sexual, perpetrada por um membro de sua convivência, contra seu filho/a.	Pesquisa de campo	As motivações para a proteção decorrem do vínculo materno filial fortalecido e do reconhecimento do dever de proteger e cuidar. É crucial o papel das instituições de proteção e garantia de direitos, e que as adversidades e o sofrimento conduzem a mudanças na forma de encarar e perceber as experiências da vida das mães.
Hohendorff e Patias (2017)	Descrever o(s) conceito(s) de violência sexual, suas consequências e indicações de manejo.	Revisão bibliográfica	É importante que os profissionais exerçam uma escuta empática em situações de revelação da violência sexual, bem como a necessidade da notificação dos casos de suspeita de violência sexual aos serviços competentes.
Sanson e Hohendorff (2021)	Conhecer opiniões de psicólogos brasileiros que atuavam no depoimento especial sobre violência sexual.	Pesquisa de campo	O depoimento especial é uma prática protetiva na justiça para crianças violentadas sexualmente. Logo, são imprescindíveis formações específicas em técnicas de entrevista e dinâmica de violência sexual.
Oliveira e Russo (2017)	Analisar a moldagem da categoria “abuso sexual infantil” em uma prática psicológica, a avaliação realizada no Judiciário e expressa em laudos.	Revisão bibliográfica	Na psicologia forense, as Varas de Família deslocam a categoria com apoio no diagnóstico de alienação parental; as Varas Criminais excluem da avaliação o homem acusado e focalizam o testemunho de vítimas e acusadores.
Nicoletti et al. (2017)	Analisar dois casos de abuso sexual contra meninas, cometidos por suas genitoras, que foram periciados por equipe psicossocial de um Fórum.	Estudo exploratório	Mães abusivas têm história familiar de abuso sexual incestuoso, vivem sozinhas com as filhas e a revelação do abuso ocorre somente após a reversão de guarda. Os serviços especializados (delegacias) têm dificuldade de receber e registrar a queixa.
Costa et al. (2021)	Descrever e analisar o processo de atuação do abuso sexual infantojuvenil como um “problema social” a ser enfrentado pela Rede de Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual.	Estudo de campo e documental	Para ser considerado abuso sexual infantojuvenil na Rede, é preciso que a situação sexual seja revelada, denunciada, analisada, tipificada, enumerada e contabilizada, formando ao longo dos atendimentos um dossiê com registros documentais especializados, capazes de relatar tecnicamente o acontecimento.
Mastroianni et al. (2020)	Conhecer e analisar a compreensão de psicólogas(os) acerca dos limites, desafios e contribuições da área da Psicologia na atuação com a violência sexual infantojuvenil.	Estudo descritivo e exploratório	O trabalho na Psicologia requer integração com a rede de serviços e equipamentos, além de uma atuação interdisciplinar. A escuta e o acolhimento abrem a possibilidade de se compreender a situação e a dinâmica familiar, constituindo-se numa das principais funções destes profissionais diante do tema.

Lima e Alberto (2016)	Analisar o discurso das mães de meninas vitimadas pelo abuso sexual intrafamiliar sobre a importância do atendimento especializado para elas que, assim como suas filhas, também foram vitimadas.	Estudo de campo	O abuso sexual é devastador para mães e filhas; as consequências do abuso poderiam ser minimizadas mediante um atendimento especializado e um apoio adequado, o que engloba a participação da família, principalmente a ação protetiva materna.
Lima e Alberto (2015)	Focalizar as concepções que as mães possuem acerca do abuso sexual sofrido por suas filhas.	Estudo de campo	Mães expressam o entendimento sobre os abusos das filhas, suas concepções e o lugar de mãe diante do fato; elas se baseiam em experiências pessoais para compreenderem o abuso sofrido pela filha e protegerem-na.
Nunes e Moraes (2021)	Descrever as práticas profissionais relacionadas às demandas de violência sexual atendidas em diferentes contextos.	Revisão bibliográfica	Focaliza problemas de funcionamento da rede que dificultam a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes, principalmente em relação ao despreparo dos profissionais para a intervenção e o enfrentamento das situações de violência sexual.
Florentino (2014)	Discutir as principais perspectivas do psicólogo frente à violência sexual infantil, delimitando os principais aspectos que norteiam o exercício do profissional	Revisão bibliográfica	Destaca aspectos alusivos às principais situações que perpassam o cotidiano dos profissionais, das famílias e das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.
Arist et al. (2021)	Observar a atuação do psicólogo no contexto hospitalar, mais especificamente na pediatria, junto a crianças que sofreram abuso sexual.	Revisão bibliográfica	O abuso sexual infantil ocorre de formas variadas e instala efeitos na saúde e no desenvolvimento da criança, sendo o trauma uma possível consequência da violação sobre o corpo e psiquismo.
Fernandes et al. (2020)	Interpretar as vivências maternas e suas ações frente à revelação de abuso sexual em meninas no contexto familiar.	Pesquisa exploratória	Há predomínio de sentimentos maternos de culpa e incredulidade diante da evidência do abuso sexual perpetrado pelo companheiro contra suas filhas. É necessário repensar políticas públicas de enfrentamento do abuso sexual, pois o empoderamento na política da assistência social deve ser direcionado e executado a toda a rede de apoio que cerca mães e familiares das vítimas. A Psicologia precisa participar ativamente da construção, das formas de pensar e atuar nos diversos segmentos, que incluem programas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.
Anderson e Batista (2013)	Identificar a atuação do Programa Sentinela, da cidade de Blumenau, Santa Catarina, diante da violência sexual infanto-juvenil e mapear seus fatores de assistência e de vulnerabilidade	Análise documental	O Programa Sentinela necessita de aprimoramentos. Focaliza como fatores de vulnerabilidade: a falta de comunicação entre instituições para articular medidas de proteção necessárias; a falta de planejamento das intervenções, de realização de intervenção com o agressor e de informações em alguns prontuários.
Santana et al. (2019)	Verificar o que a Psicologia tem feito no Brasil como forma de intervenção em relação à violência sexual infantil.	Revisão bibliográfica	A violência está inserida na nossa sociedade; o psicólogo trabalha com a rede de proteção à criança e deve compreender os problemas relacionados à família e efetuar intervenções ligadas a outros profissionais, as quais alcancem a vítima e o agressor.
Caribé e Lima (2015)	Analisar o projeto “depoimento sem dano” na perspectiva da proteção integral da criança.	Revisão bibliográfica	É necessário ampla discussão da garantia e eficácia dos direitos humanos da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar, no seu tratamento e na sua escuta em juízo. É imprescindível a interlocução entre as áreas do conhecimento engajadas na proteção da infância, para sucesso de novas possibilidades.
	Promover a reflexão, o estudo e a pesquisa acerca da	Revisão	Pontua sobre o importante papel do psicólogo no acolhimento às vítimas de abuso sexual



Silva et al. (2019)	temática do abuso sexual na infância a partir da terapia cognitiva comportamental.	bibliográfica	infantil, bem como de um eficaz acompanhamento em longo prazo, capaz de trazer uma nova ressignificação da vida, do sofrimento e da culpa.
Menezes (2019)	Identificar as características do fenômeno na violência sexual contra crianças em um município na região central do Tocantins, a partir da rede de proteção.	Estudo de campo	O fenômeno da violência sexual intrafamiliar é frequente, sendo as vítimas, sobretudo, do sexo feminino, com idade média de 10 a 15 anos. As articulações da Rede são precárias, os atores sociais não têm conhecimento sobre a espécie da demanda, quais órgãos fazem parte do trabalho e que tipo de atuação exige. Logo, devem ser tomadas medidas para que o trabalho seja, de fato, exercido em rede, para evitar que as crianças e adolescente já vitimadas pela violência não tenham ainda mais de seus direitos violados por algo que deveria garanti-lo.
Oliveira et al. (2020)	Compreender a experiência acadêmica na prática de estágio, através de estudo de caso familiar de usuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) vítimas de abuso sexual infantil.	Revisão bibliográfica	Constata a dificuldade de a mãe falar sobre o abuso que ocorreu com as filhas, sendo um assunto muito latente, pois as consequências ainda estão muito presentes.
Munhoz e Parrão (2017)	Discutir a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e a violência intrafamiliar como um dos fatores de manutenção da exploração.	Revisão bibliográfica	A história da família patriarcal brasileira está intimamente ligada a um modelo tradicional das famílias e aos agentes que são mais vulneráveis a violência. São necessárias políticas públicas efetivas como um dos meios para o combate a esse problema de saúde pública. A atuação conjunta do Estado e da sociedade com as famílias mais vulneráveis, perpassa por uma não culpabilização das vítimas e pela efetivação dos direitos infanto-juvenis.
Boton et al. (2017)	Realizar uma análise sobre o tema de crime contra a dignidade sexual.	Revisão bibliográfica	Os casos muitas vezes não são denunciados devido a questões internas da família e da vítima. A omissão corrobora com a perpetuação da violência sexual infantil, sendo uma barreira para a efetivação dos direitos infanto-juvenis de proteção.
Fernandez e Silva (2020)	Discutir sobre conceitos de violência e exploração sexual contra criança e adolescente, abordar a resposta do Estado ao problema e expor a visão de adolescentes e familiares sobre o atendimento especializado.	Estudo de campo	O CREAS é uma unidade especializada, que cumpre seu papel no enfrentamento da violência sexual, garantindo à população o direito de um atendimento qualificado, que tem contribuído para o fortalecimento das famílias, a redução e superação dos impactos da violência sexual na vida das vítimas e de seus familiares.
Meireles e Carvalho (2018)	Identificar abordagens de enfrentamento no contexto do abuso sexual infanto-juvenil.	Revisão sistemática	É necessária a atuação interdisciplinar dos dispositivos e profissionais no enfrentamento do abuso sexual, pois é uma atividade muito delicada, que abrange o modo de trabalho, o apoio legal, a existência de órgãos e serviços de apoio.
Costa et al. (2013)	Compreender o fenômeno do abuso sexual incestuoso, bem como relações familiares, impacto da revelação e caminhos traçados para a superação.	Revisão bibliográfica	As relações sexuais envolvendo pai-adulto e filho-criança-adolescente estão sujeitas a sanções formais e informais. Os sujeitos ressignificam família, violência e estigmas relacionados ao abuso e os reflexos desse passado em suas vidas. O abuso sexual causa profundas transformações nos envolvidos, mas um caminho para o bem-estar das vítimas é possível.

Fonte: Autores (2023).

Após a leitura minuciosa dos artigos eleitos, foram elencadas 7 categorias analíticas, as quais: (1) despreparo profissional; (2) problemas estruturais, metodológicos e referentes à escassez de conhecimentos sobre o tema; (3) fragilidades na abordagem profissional e em rede de proteção; (4) papel da família; (5) fatores sociais, culturais e ambientais que atravessam a ocorrência do abuso sexual infantil; (6) família e aspectos afetivo-emocionais; (7) fatores associados à abordagem interdisciplinar e intersetorial.

A respeito do despreparo profissional, os artigos indicam três pontos que atravessam a atuação na rede de proteção com casos de abuso sexual infantil: frágil operacionalização da “escuta especializada”; falta de especialização dos psicólogos; e a frágil abordagem técnica.

Particularmente aos problemas estruturais, metodológicos e referentes à escassez de conhecimentos sobre abuso sexual infantil, os autores enfatizam quanto a: carência de produção científica sobre o assunto e de diretrizes específicas que norteiem a intervenção; dificuldades políticas e estruturais nos serviços; frágil condução de casos em serviços especializados (notadamente, delegacias); precárias condições de trabalho; falta de comunicação interdisciplinar; lentidão nos processos judiciais e no atendimento em rede; falta de local exclusivo para atendimento e acompanhamento das vítimas.

As fragilidades na abordagem profissional em rede de proteção se associam à insuficiência ou à ausência do atendimento às crianças vítimas de abuso sexual e às suas respectivas famílias.

Por sua vez, à família estão atrelados os papéis de promover acolhimento, confiança e segurança às crianças vitimadas pelo abuso sexual.

Ademais, estão entre os fatores sociais, culturais e ambientais correlacionados à ocorrência do abuso sexual infantil: o contexto histórico da sociedade, a síndrome do segredo, a ocorrência do abuso sexual infantil com filhos de pais que foram vítimas de violência idêntica na infância, a dependência das vítimas aos agressores, resultando na perpetuação e continuidade da ocorrência do abuso sexual infantil.

Especificamente à categoria analítica (1) despreparo profissional, Hohendorff e Patias (2017), Sanson e Hohendorff (2021), Nicolett, Giacomozzi e Cabral (2017), Nunes e Moraes (2021), Lima e Alberto (2016) apontam que prepondera uma falta de especialização dos profissionais da rede de proteção envolvidos com a temática de abuso sexual infantil. De modo consequente, como não possuem informações suficientes e nem suporte técnico compatível, pode suceder a culpabilização das vítimas pela ocorrência da violência. Do mesmo modo, os autores destacam que a graduação de Psicologia não promove um enfoque aprofundado nem preparo qualificado sobre o tema do abuso sexual infantil. Como efeito, quando a demanda

chega em determinado órgão, existe um risco de estancar devido ao desconhecimento ou ao despreparo para lidar com o problema, acarretando a ineficiência do apoio em rede e a falta de credibilidade do serviço.

Dessarte, Aznar-Blefari et al. (2020) defendem a qualificação sobre a escuta especializada, dado que a frágil condução do procedimento corrobora com a lentidão do processo no âmbito da justiça, repercutindo na intensificação do sofrimento das vítimas e famílias.

No que tange à categoria analítica (2) problemas estruturais, metodológicos e referentes à escassez de conhecimentos sobre o tema do abuso sexual infantil, Aznar-Blefari et al. (2020), Nicoletti et al. (2017), concordam que há carência de produção científica sobre o assunto, da mesma maneira que faltam diretrizes específicas que norteiem a intervenção, contribuindo com a negligência por parte do meio social. Assim Santana et al. (2019) frisam sobre a imprescindibilidade da elaboração de pesquisas relacionadas à temática, com vistas a contribuir no embasamento de ações que visem o bem-estar das vítimas e suas famílias.

Segundo Santoucy et al. (2014) e Fernandes et al. (2020), dificuldades políticas e estruturais nas instituições afetam negativamente o planejamento elaborado, podendo inviabilizar o atendimento esperado nos casos de violência sexual contra crianças. Surge então a necessidade de uma reorganização dos serviços. Igualmente, torna-se necessário repensar as políticas públicas de enfrentamento do fenômeno do abuso sexual infantil, pois a assistência deve, de fato, ser ampliada e executada de modo efetivo com as famílias das vítimas.

Nicoletti et al. (2017) alertam acerca da frágil condução de casos atinentes a abuso sexual infantil em serviços especializados, notadamente, nas delegacias, no que concerne ao recebimento e ao registro da queixa. Para mais, Santana et al (2019) criticam que embora existam delegacias especializadas para cuidar de meninas vítimas de violência sexual, não há serviços correspondentes especializados no suporte e atendimento de meninos.

Soma-se a tais as precárias condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais da rede. Consoante Santoucy et al. (2014), comumente os profissionais de psicologia que trabalham na rede possuem vínculos empregatícios frágeis. Com isso, alguns psicólogos encaram o trabalho nas instâncias da rede de proteção como algo apenas temporário, até encontrarem melhores oportunidades empregatícias.

Outro problema refere-se à falta de comunicação interdisciplinar entre equipes e instituições compromete a qualidade da articulação de medidas de proteção (NUNES; MORAIS, 2021; MENEZES, 2019; SILVA et al., 2019; ESPINDOLA; BATISTA, 2013). Nessa lógica, Florentino (2014) salienta que a atuação do psicólogo urge a articulação com as

demais esferas da saúde e da justiça, haja vista que o enfoque da violência sexual infantil exige uma mediação realisticamente efetiva para as vítimas e famílias.

A lentidão na tratativa dos processos judiciais atinentes a abuso sexual infantil, tal e qual ocorre no atendimento adequado em rede são justificadas por Santoucy et al. (2014) pelo fato de que, em geral, essas instâncias lidam com uma demanda muito elevada, comparativamente à quantidade de profissionais que atuam nos serviços da rede, influenciando na dificuldade ou impossibilidade de suprir todas as demandas práticas e burocráticas solicitadas. Adicionalmente, Costa et al. (2013) elucidam que a lentidão nos processos judiciais, representa um obstáculo para as vítimas seguirem a vida, pois a demora as aprisiona à experiência doloroso do abuso sofrido.

Ainda por cima, a falta de local exclusivo para atendimento e acompanhamento das vítimas e respectivas famílias, conforme dissertam Santana et al. (2019), Meireles e Carvalho (2018) concorre para a frágil intervenção do poder público na prevenção e no combate da violência sexual contra crianças.

No que se refere à categoria analítica (3), que focaliza as fragilidades na abordagem profissional em rede de proteção, Nunes e Morais (2021), Arisi et al. (2021) destacam como agravantes a insuficiência ou a ausência do atendimento às crianças vítimas de abuso sexual e às suas respectivas famílias. Costa et al. (2013) assinalam o desafio da promoção de proteção às famílias, catalisado pela não continuidade do tratamento, ao passo que as vítimas permanecem enfrentando entraves para seguir em frente, pois não recebem o apoio e a atenção preconizados pela literatura especializada. Daí, a condição de abandono e aprisionamento perpassa a ineficiência da organização da rede de proteção e das políticas públicas existentes.

Singularmente à categoria analítica (4) papel da família na oferta de acolhimento, confiança e segurança às crianças vitimadas pelo abuso sexual, Santoucy et al. (2014), Hanendorff e Patias (2017), Arisi et al. (2021), Caribé e Lima (2015), Costa et al. (2013), esclarecem que a família representa um "refúgio" para crianças vítimas de abuso sexual, caso garantam acolhimento, confiança e segurança às crianças.

No que concerne à categoria analítica (5) fatores sociais, culturais e ambientais que atravessam a ocorrência do abuso sexual infantil, alguns autores concordam com o fato de o abuso sexual infantil ter relação com o contexto histórico da sociedade. Nesse sentido, Zanella e Lara (2016), Oliveira e Russo (2017) Santoccy *et al* (2014), Lima e Alberto (2015), Santana et al. (2019), Munhoz e Parrão (2017), assim como Arisi et al. (2021) compreendem que o tabu atrelado à sexualidade afasta a criança do lugar de fala e potencializa a perpetuação da violência sexual, por meio do "segredo" mantido pela vítima. Esse segredo opera na manutenção da

fantasia da família como lugar seguro, ao mesmo tempo que reforça a ideia de que “problema de família fica dentro da família”. À vista disso, o modelo machista e patriarcal, aliado às fragilidades internas das famílias, atestam a presença do patriarcado na construção das relações entre familiares, marcada pela incidência do abuso sexual praticado por homens contra mulheres, resultando em grande número de vítimas.

Sousa et al. (2022), tal como Sanson e Hohendorff (2021), abalizam que o desconhecimento da vítima sobre a prática sexual imposta a ela, além das chantagens e ameaças feitas pelos agressores contribuem para a manutenção do segredo do abuso sofrido. Florentino (2014) e Santana et al. (2019) explicam que a onipotência dos pais para com os filhos, ou mesmo negação da sexualidade das crianças e dos adolescentes constitui um fator fortalecedor desse segredo; por outro lado, explanam que a falta de informação no que diz respeito à educação sexual, colabora para a tolerância com atos correlatos, julgados pela sociedade como inadmissíveis. Costa et al. (2013) ilustram que o abuso sexual incestuoso desperta atitudes contraditórias nas pessoas, devido ao sentimento de culpa e à vergonha decorrentes, mantendo, muitas vezes, o inadmissível em segredo. Em continuidade, Boton et al. (2017) destacam que as raízes da síndrome do segredo possuem múltiplas motivações, sendo o conluio familiar para o silêncio acerca do crime sexual cometido uma das condições mais perversas, que acarreta um quadro de permissividade e continuação do abuso da criança.

Sob outro ponto de vista, famílias com histórico de casos de abuso sexual infantil possuem forte fator facilitador para a vitimização de crianças e adolescentes, em virtude da permissibilidade do abuso ou devido à reprodução do contexto de vitimização sexual sofrido por entes em momentos anteriores (NICOLETTI et al., 2017; LIMA; ALBERTO, 2016).

Outrossim, Santana et al. (2019), junto a Munhoz e Parrão (2017) aclaram que dependências emocionais, financeiras e psicológicas da vítima e da família para com o agressor são apontados como estimuladores da ocorrência e continuidade do ato, facilitando a revitimização. Dessa maneira, o modelo economicamente insuficiente, aliado a fragilidades internas das famílias resultam em elevado número de vítimas de abuso sexual infantil. Por isso, Boton et al. (2017) demarcam a condição financeira como um dos elementos principais que influenciam na tomada de decisão relativa à exposição do crime às autoridades.

Quanto à categoria analítica (6) família e aspectos afetivo-emocionais diante da ocorrência do abuso sexual infantil, os autores concordam com a predominância da manifestação de: descrença; perda do controle; dúvida; medo; culpa e sobrecarga afetiva (sobretudo por parte da mãe).

Usualmente, as famílias apresentam dificuldades em acreditar na possibilidade concreta da ocorrência do abuso sexual infantil, preponderando o sentimento de descrença, sobretudo, por parte da figura materna. A difícil aceitação pelas mães se dá pelo sofrimento em admitir que alguém da sua confiança foi capaz de cometer o crime contra o próprio filho. Outro motivo seria o medo de perder o auxílio financeiro e emocional do agressor (que muitas vezes é o provedor do lar e da família), caso a violência seja provada (ARISI et al., 2021; SANSON; HOHENDORFF, 2021; FERNANDES et al., 2020; NICOLETTI et al., 2017; BOTON et al., 2017; SANTOUCY et al., 2014; COSTA et al., 2013).

As mães sofrem de maneira subjetiva a violência sexual perpetrada contra seus filhos, principalmente, as que também foram vítimas de violência sexual na infância, infortúnio que produz nelas, sentimento de culpa, vulnerabilidade social, perda do controle, incertezas e medo. Baseadas nessa lógica, as mães se culpabilizam por não terem conseguido proteger os próprios filhos, pois acreditam que a falha delas ocasionou a violação (LIMA; ARISI; MORAES; PARRAGA, 2021); FERNANDES et al., 2020; SANTANA et al., 2019); ALBERTO, 2016; SANTOUCY et al., 2014; COSTA et al., 2013). Por sinal, Lima e Alberto (2016), além de Fernandes et al. (2020) sublinham que, dentro do núcleo familiar, a mãe é a figura que mais é alvo de sobrecarga emocional intensa ao longo do processo de vitimização de abuso sexual infantil, devido à sua proximidade dos filhos e pela cobrança de apoio e proteção que lhe é imposta tanto por parte da sociedade, como de outras figuras familiares e, até, de si mesma, o que repercute na eclosão de sentimento de culpa, incerteza e medo.

No que toca à categoria analítica (7) fatores associados à abordagem interdisciplinar e intersetorial do abuso sexual infantil, os autores defendem como aspectos cruciais: o fluxo da rede de atenção; a qualidade da atuação do psicólogo; os objetivos da abordagem interdisciplinar e intersetorial frente aos casos de violência sexual; a capacitação dos profissionais dos serviços da rede de proteção; a efetividade da rede no enfrentamento do abuso sexual infantil.

A abordagem interdisciplinar e intersetorial do abuso sexual infantil é feita após a denúncia da violência. Dessa forma, por exemplo, a função do CREAS é ouvir, analisar, caracterizar, tipificar e registrar a denúncia; enquanto o educador social analisa a vítima, os familiares e o contexto social em que estão imersos, para traçar medidas de enfrentamento da situação. Essas medidas levam em consideração os possíveis encaminhamentos para outra unidade de atenção, evidenciando o valor do atendimento intersetorial. Daí, coloca-se em evidência a importância do acolhimento inicial para a criança e sua família, bem como da comunicação entre as instituições componentes da rede, no sentido de potencializar os fluxos



operacionais de forma eficiente e com fluidez, e, assim, garantir os direitos das crianças e a não revitimização. (ARISI et al., 2021; COSTA et al., 2021; SANTANA et al., 2019; RIBAS JUNIOR et al., 2015; ESPINDOLA; BATISTA, 2013).

Já Costa et al. (2021) e Arisi et al. (2021) reforçam sobre a importância de o psicólogo conduzir a intervenção com a vítima pautado em conhecimentos técnicos e discutindo com a família e com outros setores competentes. Igualmente, são elementares na rede de proteção: os Centros de Atenção Psicossocial infantil (CAPSi); as equipes técnicas das varas da infância, juventude ou de violência doméstica dos Tribunais de Justiça; as Delegacias especializadas (MASTROIANNI et al., 2021); SANTANA et al., 2019; COSTA et al., 2013). Isto posto, todos os setores devem estar capacitados para cumprir seus objetivos de fortalecer a família, reduzir os danos, buscar a não revitimização, restabelecer os direitos, construir condições de proteção e autonomia (ARISI et al., 2021; COSTA et al., 2021; LIMA; MATROIANNI et al., 2021; SILVA et al., 2019; MUNHOZ; PARRÃO, 2017; ALBERTO, 2016; CARIBÉ; LIMA, 2015; FLORENTINO, 2014).

Deveras, é imprescindível a atuação efetivamente articulada em rede, com aliança entre instituições, vítimas e suas famílias, em prol da redução de danos, da oferta de escuta e de orientações e encaminhamentos qualificados (NUNES; MORAIS, 2021; OLIVEIRA et al., 2020; FERNANDEZ; SANTANA et al., 2019; CARIBÉ; LIMA, 2015; COSTA et al., 2013). Para tanto, é indispensável a capacitação adequada dos profissionais que atuam na rede de proteção, para que eles possam promover manejo adequado nos processos de identificação, avaliação e na construção de estratégias que abarquem as necessidades das vítimas e de seus familiares (COSTA et al., 2021; MEIRELES; CARVALHO, 2018).

Afinal, Arisi et al. (2021), Fernandes et al. (2020), Santana et al. (2019), Caribé e Lima (2019), Silva et al., (2019), Munhoz e Parrão (2017), Lima e Alberto (2015) e Florentino (2014), admitem que, diante das fragilidades demonstradas pelos serviços componentes da rede de proteção de crianças vítimas de abuso sexual infantil, é imperativa a aplicação e o monitoramento de políticas públicas e de campanhas que abranjam todos os setores sociais, assim como a expansão de estudos e publicações acerca da temática e o fortalecimento do diálogo entre as áreas de conhecimento.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O profissional de Psicologia que atua na rede de proteção deve estar devidamente qualificado para identificar e atuar com crianças e famílias nas situações de suspeita ou confirmação de abuso sexual infantil. Igualmente, é imperativo o fortalecimento da articulação

entre instituições da rede intersetorial, entidades de classe, movimentos sociais, escolas e universidades, nos esforços para aprimoramento do entendimento e do enfrentamento do abuso sexual infantil, tal qual para robustecimento de políticas públicas voltadas às demandas das vítimas e de seus familiares, sob a égide do paradigma psicossocial.

## REFERÊNCIAS

- ARISI, B. M. et al. **Atuação do psicólogo na pediatria junto a crianças que sofreram abuso sexual: muito além das feridas visíveis.** 2021 32p. Monografia (Psicologia) - Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG, Várzea Grande, 2021.
- AZNAR-BLEFARI, C. et al. Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 25, n. 4, p. 625–635, out. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 70. ed. rev. [S. l.]: Edições 70, 1977. 299 p.
- BOTON, A. E. et al. Crimes contra a dignidade sexual- Estupro de vulnerável. *Revista de Estudos Jurídicos*, Maringá, v. 2, n. 27, p. 114-132, dez. 2017.
- CASTRO, S.S. de. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: o silêncio que fala no contexto familiar.** 2020. 45p. Monografia (Psicologia) - Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO, Fortaleza, 2020.
- CARIBÉ, J. de B.; LIMA, I. M. S. O. Depoimento Sem Dano: Proteção Integral Da Criança Vítima De Abuso Sexual Intrafamiliar. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 108-116. 2015.
- COSTA et al. Abuso sexual incestuoso: desvio, crime e resiliência. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, ed. 1, p. 219-251, jan-jun 2013.
- COSTA, I.M. et al. Abuso sexual infanto-juvenil enquanto problema social em Fortaleza, Ceará. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021037, dez, 2021.
- ESPINDOLA, G.A.; BATISTA, V. Abuso Sexual Infanto-Juvenil: A Atuação do Programa Sentinela na Cidade de Blumenau/SC. **Revista: Psicologia, ciência e profissão**, Santa Catarina, v. 33, n.3, p. 596-611, 2013.
- FACURI, C. et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 889-898, 2013.
- FERNANDES, L.K. et al. Vivências maternas no abuso sexual intrafamiliar de meninas acolhidas institucionalmente. **Rev.Port. Saúde e Sociedade**, [s. l.], p. 1328-1339, 2020.
- FLORENTINO, B.R. Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. **Fractal: Revista de Psicologia**, Minas Gerais, v. 26, p. 59-70, 2014.
- FLORENTINO, B.R. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015.
- FREITAS, L.A. **Atendimento prestado por profissionais do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) às crianças, adolescentes e suas famílias envolvidas na violência sexual intrafamiliar.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem em

Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

HOHENDORFF, J.V.; PATIAS, N. D. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. **Barbarói**, n. 49, p. 239–257, dez.2017.

LIMA, I.V.; DIOLINA, J. **Consequências psicológicas do abuso sexual na infância e adolescência: uma ferida invisível**. AJES, 2013.

LIMA, J.A.; ALBERTO, M. de F. O olhar de mães acerca do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [Brasília], v. 35, n. 4, p. 1157–1170, dez, 2015.

LIMA, J.A.; ALBERTO, M. de F. Urgências psicológicas no cuidado às mães em casos de abuso sexual intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 3, p. 337-347, jul. 2016.

LIMA, J.A. et al. As Implicações do abuso sexual intrafamiliar praticado contra crianças enunciadas por suas mães. **Congresso Internacional e Interuniversitário contra la Pobreza Infantil en el Mundo**, São Paulo, p. 985-1002, out, 2016.

MASTROIANNI, F. de C. et al. Violência sexual infantojuvenil: contribuições e responsabilidades dos profissionais de psicologia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 40-62, abr. 2021.

MEIRELES, L.V.; CARVALHO, T.S. O Abuso Sexual Infanto-Juvenil Em Interface Com As Redes De Enfrentamento: Uma Revisão Sistemática. **Revista Campo do Saber**, [s. l.], v. 4, ed. 4, p. 51-66, jan-jun 2018.

MENEZES, K.C. Violência sexual no tocantins: a atuação da rede de proteção. **Revista Humanidades e Inovação**, Tocantins, v. 6, ed. 17, p. 230-241, 3 dez. 2019.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNHOZ, D.A.; PARRÃO, J.A. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes com recorte na violência intrafamiliar e seus múltiplos fatores. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**, Presidente Prudente, v. 13, n. 13. 2017.

NICOLETTI, M. et al. Análise de dois estudos de casos sobre abuso sexual cometido por mães. **Revista de Psicologia**, Santa Catarina, v. 35, n. 2, p. 423–452, jul. 2017.

NUNES, M.C.; MORAIS, N.A. de. Práticas Profissionais relacionadas às Demandas de Violência Sexual: Revisão da Literatura Nacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Fortaleza, v. 41, p. 1-14. 2021.

OLIVEIRA, D.C.; RUSSO, J.A. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 579–604, jul. 2017.

OLIVEIRA, E.N. et al. Violência sexual intrafamiliar com vítimas em um município da região sul: um estudo de caso. **Revista Jurídica Uniandrade**, [Curitiba], v. 31, n. 2, p. 1-19, 2020.

RIBAS JUNIOR, F. et al. **Conhecer para transformar:** orientações para diagnóstico e aprimoramento dos fluxos operacionais de enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes. Pratein – Educação e Desenvolvimento Social: São Paulo, 2015.

SANSON, J.A.; HOHENDORFF, J.V. Depoimento especial a partir de opiniões de psicólogos brasileiros atuantes nessa prática. **Psico-USF**, Rio Grande do Sul, v. 26, n. 1, p. 27–39, abr. 2021.

SANTANA, D.A. et al. Violência sexual intrafamiliar em crianças e adolescentes, suas implicações e a intervenção da psicologia nos casos. **DSapce Doctum**, Espírito Santo, p. 1-28, 10 jul. 2019.

SANTOUCY, L.B. et al. Mulheres que denunciam violência sexual intrafamiliar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, p. 731-754, 2014.

SILVA, K.A. et al. Abuso sexual infanto-juvenil em uma análise sobre técnicas em terapias cognitivo-comportamentais em grupo (TCCG). **Revista Gênero & Direito**, [S. l.], v. 8, n. 5, p. 1-19, nov, 2019.

SOUSA, M. B. et al. Um muro de silêncio: a subnotificação do abuso sexual infantil intrafamiliar. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v.5, n.2, p.7632–7637, 2022.

ZANELLA, M.N.; LARA, A.M. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: estratégias de prevenção na rede de proteção. **Revista da FAEEDBA- Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.25, n.46, p. 75-87, maio/ago, 2016.